

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	34
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	38
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	39
10.5 - Políticas contábeis críticas	40
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	42
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	47

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em 30.08.2021 pelo Conselho de Administração, e estabelece diretrizes, estrutura, objetivos e estratégias.

A gestão de riscos é realizada com base nas diretrizes da Norma ISO 31000 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, com adequações aos negócios da São Martinho.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) os riscos para os quais se busca proteção

O objetivo da política é estabelecer princípios, diretrizes e atribuições no processo de gestão dos riscos, para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento destes. As atividades de monitoramento e controle devem ser feitas observando as três linhas de defesa: 1ª: Áreas Proprietárias; 2ª: Áreas Suporte; 3ª: Áreas de Controle. A atividade de monitoramento e os níveis de riscos atribuídos deve ocorrer de forma responsável, diligente e desinteressada em cada uma das linhas de defesa.

A Matriz de Riscos é o principal instrumento utilizado pela Companhia para monitoramento de riscos. A Matriz é composta por 9 categorias de riscos: Pessoas (ex. acidentes, disponibilidade de pessoas), Terceiros (ex. passivos decorrentes de terceiros), Conformidade (ex. desvios de conduta, corrupção, fraude, proteção de dados pessoais, conflitos de interesse), Meio Ambiente (ex. contaminação, danos ambientais, incêndios), Jurídico e Regulatório (ex. descumprimento de obrigações legais ou contratuais, contencioso), Operacional (ex. falta de matéria prima, falhas em processos, processos logísticos, fornecedores, insumos), Cibernéticos (ex. invasões, ataques cibernéticos), Financeiro e Mercado (ex. variações de preços, cumprimento de covenants, risco de crédito, liquidez, indisponibilidade de financiamentos) e Riscos Emergentes (ex. pandemias, eventos climáticos, riscos sistêmicos). Os riscos são monitorados e revisados mensalmente na Matriz de Riscos sendo reportados a Administração.

ii) os instrumentos utilizados para proteção

Além da Matriz de Riscos, os instrumentos utilizados para proteção mudam conforme o tipo de risco, podendo ser desde a adoção de práticas, políticas e procedimentos, até a contratação de seguros.

Por citar alguns exemplos: riscos financeiros e de mercado: utilizados instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para proteção da volatilidade dos preços; riscos operacionais relacionados à matéria prima: formalizados contratos com cláusulas prevendo obrigações e penalidades; riscos relacionados ao meio ambiente: existem políticas, procedimentos e ações preventivas; riscos operacionais relacionados a acidentes e danos são protegidos por contratos com parceiros de longo prazo e seguros.

iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos é formada pelo Conselho de Administração; Comitê Financeiro e Comitê de Auditoria; Presidência; Diretoria Executiva; Gerência de Riscos com atribuições descritas na tabela abaixo:

Conselho de Administração	Aprova a Política de Gestão de Riscos; Define o apetite e monitora os riscos estratégicos.
Comitê Financeiro	Analisa o risco e retorno das propostas de investimentos, desinvestimentos e

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	alavancagem, incluindo operações de fusão, incorporação e cisão; Propõe ao Conselho de Administração a definição da matriz de riscos e limites de exposição, assim com medidas de proteção aos riscos financeiros; Efetua análise de tendência/comportamento do endividamento da Companhia, operações financeiras e bases regulares da gestão de "Hedge" de moeda e das posições da companhia em mercado futuro
Comitê de Auditoria	Acompanha a Gestão de Riscos e o cumprimento de seus objetivos; Avalia a efetividade dos sistemas de controles e do gerenciamento de riscos; Avalia e monitora a exposição de riscos da São Martinho e seus planos de mitigação.
CEO e Diretor Jurídico, GRC e Relações Institucionais	Responsáveis pela gestão de riscos.
Diretoria Executiva	Toma as decisões e implementações de melhoria na gestão de riscos.
Gerência de Riscos	Monitora e comunica os indicadores de risco e ações de mitigação.

Os grupos de trabalho ("Comitês") utilizados para monitoramento de riscos são: Comitê de Posições; Reunião de Tesouraria; Comitê Tático de Conformidade e Comitê de S&OP.

Responsabilidades de Gestão de Riscos:

Grupo de Trabalho	Monitoramento	Categoria
Comitê de Posições	Volatilidade de Preços de Commodities e Câmbio	Risco de Mercado
Reunião de Tesouraria	Liquidez, Crédito, Taxa de Juros e Dívida	Risco Financeiro
Comitê Tático de Conformidade	Saúde e Segurança, Ambiental, Legal e Trabalhista	Risco de Compliance
S&OP	Mix de Produtos, Produção, Comercial, Logística, Contratos e etc.	Riscos Corporativos

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação de efetividade da política adotada.

Além da estrutura operacional utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas.

A verificação da efetividade das políticas é realizada pela área de Controles Internos, pela própria área de Gestão de Riscos, existindo ainda, um plano de auditoria interna realizado por empresa independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada em 30.08.2021 pelo Conselho de Administração, e estabelece diretrizes, estrutura, objetivos e estratégias. A estrutura da gestão de riscos baseia-se nas premissas da norma ISO 31000 – Gestão de Riscos: Princípios e Diretrizes, com adequações aos negócios da São Martinho.

Existem ainda políticas e procedimentos específicos da área comercial e financeira, que auxiliam no gerenciamento dos riscos.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais se busca proteção são taxa de câmbio e juros, preço de commodities, conforme definido no item 4.2.

ii) a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estratégia de proteção se dá pela realização de *hedge*, gerenciados em intervalos temporais definidos por safra utilizando instrumentos financeiros.

iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Política de Precificação de Açúcar e Etanol estabelece diretrizes que visam proteger o preço médio de venda da companhia (em reais), ao definir critérios de precificação relativos à quantidade e preço objetivo. Os produtos oriundos de cana de terceiros seguem uma regra específica de precificação.

A Política Financeira estabelece os limites operacionais e regras para execução do *hedge* cambial e, nesse sentido, cada operação é limitada a um valor específico de dólares que podem ser negociados. Tal política também estabelece um limite de operações de derivativos por contraparte de acordo com a nota de crédito e patrimônio líquido de cada contraparte.

A Política de Gestão de Riscos e seus documentos correlatos estabelecem os parâmetros para o monitoramento dos indicadores de risco e nível de exposição da Companhia, alinhada às demais políticas.

iv) os parâmetros utilizados para gerenciamento desses riscos

Os parâmetros são definidos pela Administração, seguindo as Políticas da área comercial e financeira e procedimentos específicos da área de gestão de riscos, que estabelecem limitações com base no valor, quantidade de produto, operações e alçadas de aprovação.

v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não aplicável. Os instrumentos financeiros são utilizados para fins de *hedge*.

vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado envolve a Diretoria Comercial, a Diretoria Financeira e Diretoria Jurídica, de GRC e de Relações Institucionais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Além do previsto no item 5.1, as estratégias de hedge são discutidas quinzenalmente no Comitê de Posições, onde são monitorados os indicadores de risco e os parâmetros das políticas de precificação. Também são discutidos os principais fatores de mercado e as estratégias para proteção do preço e da taxa de câmbio da moeda. O Comitê de Posições é regido por um procedimento específico.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada;

Além da estrutura utilizada na gestão de riscos, existem políticas específicas e procedimentos internos em cada uma das áreas.

A verificação da efetividade das políticas é realizada pela área de Controles Internos, pela própria área de Gestão de Riscos, existindo ainda, um plano de auditoria interna realizado por empresa independente.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A São Martinho estabelece e mantém controles internos adequados sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras, cujo objetivo é garantir o cumprimento dos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"); além das regras previstas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) com o objetivo de assegurar razoável confiabilidade das informações financeiras.

As práticas de controles internos voltadas às informações financeiras incluem: (i) estabelecimento do Manual de Políticas Contábeis, com procedimentos, premissas e julgamentos adotados; ii) manutenção da matriz de riscos e controles internos com base na estrutura do ISO 31000 - ERM (*Enterprise Risk Management*) e COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*); (iii) segurança dos registros a fim de permitir a elaboração das demonstrações financeiras conforme as normas contábeis, normas internas e melhores práticas; iv) acompanhamento de auditoria interna, com implementação e monitoramento de planos de ação relacionados à melhoria e mitigação de não conformidades; e v) suporte à área de Gestão de Riscos e Conformidade por meio de auditorias específicas.

Adicionalmente, processos e controles internos relevantes para as demonstrações financeiras passam por constantes testes de efetividade avaliados e aprovados interna e externamente. Baseada nesses critérios de avaliação, a São Martinho avalia que os controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022 são eficazes.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A área de Controles Internos está sob a gestão do gerente de controladoria, abaixo do Diretor Financeiro e de RI. Sua rotina é monitorar os riscos mapeados, aperfeiçoar o nível de maturidade dos controles, o andamento dos planos de ação relevantes e a efetividade dos testes de controle. Além disso, controles internos acompanha e reporta periodicamente oportunidades de melhoria e conformidades identificadas pela auditoria independente à Diretoria, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Em conjunto com a área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade), acompanha os riscos de falhas em controles e apoia o trabalho de auditoria interna.

Com uma abordagem coordenada de definição de responsabilidades, a São Martinho definiu as três linhas de defesa que suportam as suas práticas:

1ª Linha de defesa - Área Proprietária do Risco: área de negócio na qual está inserida uma fonte de risco. São áreas proprietárias: Agrícola, Indústria, Comercial, Financeiro e Relações com Investidores, Negócios Imobiliários, Suprimentos e Tecnologia da Informação (podendo haver outras).

2ª Linha de defesa - Área Suporte: apoio das áreas proprietárias dos riscos. São áreas suporte: Qualidade Industrial, Manutenção, Planejamento de Vendas e Operações, Recursos Humanos e Saúde e Segurança Ocupacional, Meio Ambiente, Controladoria, Segurança da Informação, Segurança Patrimonial, Jurídico, Centro de Serviços Compartilhados (podendo haver outras).

3ª Linha de defesa: Área de Controle: áreas corporativas com papel de controle. São áreas de controle: Conformidade, Controles Internos, Gestão de Riscos e Auditoria Interna. Adicionalmente, existem interações constantes entre a área de GRC (Governança, Riscos e Conformidade) e Controles Internos em fóruns específicos e por meio do Comitê Tático de Conformidade.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

A eficiência dos controles é medida através de indicadores de performance e testes de efetividade realizados pela auditoria independente. A área de controles internos também está sujeita à auditoria interna, realizada por empresa independente.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado emitido pelo auditor independente, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras foi efetuado com o objetivo de aprimorar o sistema de controles internos e levantar oportunidades de melhoria.

Os auditores independentes não identificaram deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos da Companhia que pudessem afetar o parecer sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de março de 2022.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não foram observadas deficiências e recomendações significativas sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se a Companhia possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas;

A São Martinho possui uma diretoria com atribuições específicas para tratar do assunto (Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos e Conformidade e de Relações Institucionais) e uma Gerência dedicada exclusivamente ao tema (Gerência de Governança, Riscos e Conformidade).

As principais políticas e documentos relacionados ao assunto são o Código de Ética e Conduta Profissional, Política Anticorrupção, Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflito de Interesses, Política de Conformidade e documentos relacionados.

Os principais mecanismos utilizados são: i) Canal Ético (Canal de Denúncias); ii) procedimentos para realização de diligência de terceiros; iii) mecanismos de atualização da legislação; iv) cláusulas contratuais anticorrupção e previsão de penalidades; v) Comitê de Ética e Conformidade (composto pelo Presidente, Vice-Presidente/Superintendente Agroindustrial, Diretor Financeiro e de RI, Diretor Comercial e de Logística, Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, Diretor Administrativo e Diretora de Recursos Humanos, Saúde e Segurança); vi) Comitê Tático de Conformidade (composto pelo Diretor Jurídico, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais, Diretores Agroindustriais das Unidades e gerentes).

Periodicamente, e conforme necessidade de adequação, os riscos e as políticas são monitorados e reavaliados considerando as melhores práticas de mercado.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos da Companhia a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;

A Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais é responsável pela execução do Plano de Conformidade, por meio da Gerência de Governança, Riscos e Conformidade.

A estrutura de Conformidade foi aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral de julho/2018, em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa. Trimestralmente os números e destaques do Canal Ético e de investigações internas são reportados pela Área de Conformidade ao Comitê de Ética e Conformidade. Periodicamente este balanço é apresentado ao Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal. O Canal Ético também é auditado pela auditoria independente.

iii. se a Companhia possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui um Código de Ética e Conduta Profissional aprovado pelo Conselho de Administração em 29/9/2021 aplicável a todos os colaboradores, diretores e conselheiros e estabelece princípios éticos, de integridade e responsabilidades para terceiros, considerando fornecedores, prestadores de serviços e eventuais agentes intermediários. O Código é disponibilizado no site Institucional da Companhia (<https://www.saomartinho.com.br/>), de Relações com Investidores (<https://ri.saomartinho.com.br/>).

A Política de Conformidade, documento interno, que estabelece as diretrizes da área, contempla o treinamento dos colaboradores ativos, bem como a orientação dos novos e de terceiros durante seu processo de integração.

As situações de violação ao Código podem ser reportadas ao gestor imediato ou ao Canal Ético. Se necessário, serão aplicadas medidas disciplinares previstas nas políticas de Recursos Humanos e na legislação vigente.

b. se a Companhia possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;*
- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;*
- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé;*
- *órgão da Companhia responsável pela apuração de denúncias.*

A Companhia possui Canal de Denúncias disponível para relatos internos ou de terceiros por meio de: (i) e-mail; (ii) website; ou (iii) telefone. O recebimento das denúncias é realizado por empresa especializada que, em contato com o denunciante, coleta e transcreve o relato de maneira a obter as melhores informações possíveis para viabilizar a apuração. Cabe ao denunciante escolher por relatar a denúncia de forma identificada ou anônima, sendo mantido o sigilo para todos os casos.

De acordo com o procedimento específico do canal de denúncias, as comunicações recebidas são apuradas por grupos de trabalho especiais e acompanhadas pela área de Conformidade, havendo a previsão de condução por empresa de investigação especializada em casos específicos.

c. se a Companhia adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas;

Em todos os processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias a Companhia estabelece a obrigatoriedade de execução prévia de *due diligence*, visando a identificação e avaliação de eventuais práticas irregulares nas pessoas jurídicas, objeto da operação.

A Diretoria Jurídica, de Governança, Riscos, Conformidade e de Relações Institucionais é responsável pela avaliação desses processos, podendo contar com a assessoria de escritórios de advocacia e/ou consultorias especializadas.

d. caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido;

A Companhia possui regras, políticas e procedimentos para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme citado no item 5.4.a.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Com a pandemia COVID-19, foram reforçados os critérios de monitoramento deste risco e adoção de medidas de prevenção, dado que as atividades da São Martinho foram consideradas essenciais (produção de alimentos, energia e combustível).

Desde março/2020 quando a OMS declarou oficialmente a pandemia do coronavírus, a Companhia adotou as seguintes medidas, visando a prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia:

- Instalação do Comitê de Gestão de Crises, para avaliação diária da situação geral, atualização das medidas preventivas e ações de minimização de riscos, assim como para coordenação da execução de planos de ação;
- Elaboração de Plano de Contingência e Plano de manutenção das Operações;
- Campanhas intensas de comunicação e orientação sobre o COVID-19 destinadas à prevenção de todos os colaboradores;
- Intensificação de procedimentos de higienização nos locais de trabalho, refeitórios e nos transportes, orientações sobre higiene pessoal e distribuição de álcool gel para higienização de todos os colaboradores, equipamentos e áreas comuns;
- Suspensão de treinamentos, eventos corporativos e realização de reuniões à distância (telefone, aplicativos ou videoconferências);
- Cancelamento ou adiamento de viagens, deslocamento entre unidades e visitas de fornecedores e terceiros;
- Adoção do trabalho remoto (home office), férias, banco de horas ou dispensa operacional para colaboradores em grupo de risco e situações específicas de risco;
- Dispensa operacional para aprendizes, estagiários, projoventes e patrulheiros;
- Aumento do número de veículos que realizam o transporte dos colaboradores até as unidades;
- Uso obrigatório de máscaras no transporte e em todas as dependências da São Martinho, inclusive em ambientes individuais, por colaboradores, terceiros e visitantes, durante todo o expediente;
- Protocolo de aferição de temperatura no transporte coletivo e na entrada das unidades e;
- Nos refeitórios das unidades, dentre outras ações, o horário de funcionamento foi ampliado, com escalonamento entre os colaboradores, reduzindo a quantidade de lugares e mantendo uma distância segura entre as pessoas.

Em fevereiro de 2022, houve o início do conflito Rússia x Ucrânia o qual tem impactado o cenário econômico global e o setor sucroenergético no que diz respeito a oferta e demanda de fertilizantes, preços do petróleo, outras commodities e impactos na inflação, dada a importância desses dois países nestes mercados. A São Martinho acompanha o assunto desde o início e adota medidas para otimização de custos, proteção das receitas e garantia de produtos (especialmente fertilizantes) no curto e médio prazos, aliadas ao desenvolvimento de fornecedores e otimização de processos.

Outrossim, em linha com outras empresas do agronegócio e produtores rurais, a São Martinho está sujeita a riscos climáticos, dentre eles o risco de secas prolongadas, geadas e incêndios. Para mitigar os impactos desses fenômenos, a Companhia realiza o monitoramento constante desses riscos, bem como adota medidas mitigatórias, caso venham a ocorrer.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**Gerenciamento de riscos relativos à segurança da informação

A Companhia informa que realiza o gerenciamento dos riscos relativos à segurança da informação, por meio do qual, implementou, ao longo dos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2018, 2020 e 2021 testes de vulnerabilidade e invasão em seus sistemas.

Informa que nos últimos exercícios sociais, foram realizados testes de intrusão e, ao longo do exercício social de 2021, foram realizadas simulações específicas de ataque de ransomware e simulações de técnicas hacker em geral, com base em frameworks como MITRE ATT&CK e Cyber Kill Chain, com o objetivo de testar a efetividade de controles de segurança.

A Companhia destaca, ainda, que os referidos testes foram realizados por empresas de auditoria/consultoria Big Four e por empresas especializadas em segurança da informação. Os resultados desses trabalhos foram mapeados, tratados e os riscos são monitorados pela área de cibersegurança. Por fim, a Companhia informa que a realização de tais testes faz parte do seu programa anual de segurança da informação, assim como o tema de cibersegurança é reportado mensalmente para Diretoria.

Demais informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos foram apresentadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações contábeis contidas e analisadas a seguir são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020.

As demonstrações financeiras de 31 de março de 2022, 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo IASB.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Neste item são apresentadas informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e na análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria da Companhia entende que possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 31 de março de 2022, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 5.892,0 milhões, representando um aumento de R\$ 1.825,8 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.066,2 milhões em 31 de março de 2021, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2022 era de R\$ 2.984,1 milhões, representando um aumento de R\$ 1.620,0 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.364,1 milhões em 31 de março de 2021. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia em 31 de março de 2022 totalizou R\$ 2.907,9 milhões, cerca de 7,6% superior no período refletindo, principalmente, os investimentos em expansão - etanol de milho e cogeração, resultando na relação dívida líquida/patrimônio líquido equivalente a 55%, ou 0,55x, considerando que, em 31 de março de 2022, houve um aumento de R\$ 1.332,0 milhões no patrimônio líquido, devido, a geração de lucro líquido do período.

Em 31 de março de 2021, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.066,2 milhões, representando uma diminuição de R\$ 775,1 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.841,4 milhões em 31 de março de 2020, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2021 era de R\$ 1.364,1 milhões, representando uma diminuição de R\$ 597,9 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 1.962,1 milhões em 31 de março de 2020. Dessa forma, a dívida líquida totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 2.702,1 milhões, havendo uma redução de R\$ 177,2 milhões em relação à 31 de março de 2020, refletindo principalmente, uma maior geração de caixa operacional, dado o crescimento do EBITDA Ajustado em R\$ 330,3 milhões. Considerando que em 31 de março de 2021 houve aumento de 19,1%, equivalente a R\$ 639,9 milhões, no patrimônio líquido da Companhia, dado o aumento de 29,1% das reservas de lucros, o índice de dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido totalizou 0,68 x.

Em 31 de março de 2020, o endividamento bruto da Companhia era de R\$ 4.841,4 milhões, representando um aumento de R\$ 350,2 milhões em relação ao endividamento bruto da Companhia de R\$ 4.491,2 milhões em 31 de março de 2019, e a posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras em 31 de março de 2020 era de R\$ 1.962,1 milhões representando uma diminuição de R\$ 127,1 milhões em relação à posição de caixa e equivalentes de caixa somada às aplicações financeiras de R\$ 2.809,2 milhões em 31 de março de 2019. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizava, em 31 de março de 2020, R\$

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

2.879,3 milhões, representando, portanto, um aumento de R\$ 477,3 milhões em relação aos R\$ 2.401,9 milhões em 31 de março de 2019, refletindo, principalmente, a variação cambial ocorrida no período de R\$ 479,6 milhões, considerando a parcela da dívida em moeda estrangeira de R\$ 1.919,3 na dívida bruta. Considerando que em 31 de março de 2020 houve redução do patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 44,3 milhões, decorrente, principalmente, do cancelamento de ações em tesouraria e do impacto da variação cambial do período, o índice de dívida líquida/ patrimônio líquido da Companhia totalizou 0,86 x.

Por fim, a diretoria da Companhia ressalta que busca constantemente realizar uma gestão eficaz de condição financeira e patrimonial, objetivando a manutenção da sua solidez financeira – refletida no atual rating como grau de investimento em escala global pela S&P BBB-, e contínua geração de caixa de forma sustentável, atrelado ao desenvolvimento constante dos negócios. Para a proteção e potencialização de sua performance e resultados, a Companhia poderá adotar estratégias diversas, tais como hedge de preço, ajuste de mix de produção de açúcar e etanol buscando mercados mais rentáveis, hedge cambial, que contribuem para as decisões estratégicas da Companhia, na gestão de recursos e busca pela geração de valor de maneira sustentável.

	12M22	12M21	12M20
em R\$ mil			
Empréstimos e financiamentos - passivo circulante ¹	585.184	686.142	602.688
Empréstimos e financiamentos - passivo não circulante ¹	5.306.834	3.380.109	4.238.688
Dívida bruta	5.892.018	4.066.251	4.841.376
(-) Disponibilidades	(2.984.141)	(1.364.148)	(1.962.065)
Dívida líquida	2.907.877	2.702.103	2.879.311
Patrimônio Líquido	5.318.425	3.986.589	3.346.676
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido)	0,55 x	0,68 x	0,86 x

¹ Consideramos aquisição de participação societária como complemento da posição de endividamento da Companhia

b) Estrutura de capital

Acreditamos que a Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

	12M22	12M21	12M20
em R\$ mil			
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	12.040.717	8.431.267	8.766.850
Capital próprio (patrimônio líquido)	5.318.428	3.986.589	3.346.676
Capital total (terceiros + próprio)	17.359.145	12.417.856	12.113.526
Parcela de capital de terceiros	69%	68%	72%
Parcela de capital próprio	31%	32%	28%

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em março/22 as disponibilidades de caixa (caixa e aplicações financeiras) que a São Martinho possuía eram mais que suficientes para liquidar o montante de amortização de dívida previsto para os quatro anos seguintes, ao encerramento do período em 31/03/2022.

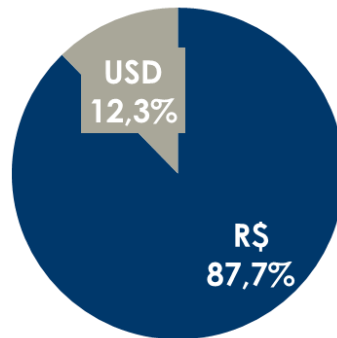
d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para administrar o capital de giro, as necessidades de recursos financeiros, bem como os investimentos em ativos não circulantes, a Companhia acessa recursos do mercado financeiro e de capitais, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ENDIVIDAMENTO	mar/22	mar/21	mar/20
Em Milhares de R\$			
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	1.687.193	1.917.343	1.922.913
BNDES/FINAME	903.297	339.321	423.457
Crédito Rural	-	-	278.536
Capital de Giro/ NCE (Nota de Crédito de Exportação)	710.342	286.649	261.837
PESA	-	-	8.349
PPE (Pré-Pagamento de Exportação)	190.395	1.163.182	1.445.015
International Finance Corporation (IFC)	800.127	344.468	474.334
Obrigações decorrentes de Aquisições - LOP	3.669	15.288	26.934
Dívida Bruta Total	5.892.018	4.066.251	4.841.376
Disponibilidades	2.984.141	1.364.148	1.962.065
Dívida Líquida	2.907.877	2.702.103	2.879.311
Dívida Líquida / EBITDA Acumulado	0,93 x	1,24 x	1,55 x

No gráfico abaixo, destacamos a visão do endividamento líquido da Companhia, denominada em Reais (R\$) e em Dólares (USD).



Perfil inclui contratos de SWAP

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pode captar empréstimos e financiamentos de terceiros como fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes. Inclusive, caso ocorra deficiência de liquidez a longo prazo, poderão ser utilizadas as terras próprias da companhia, avaliadas em aproximadamente R\$ 4,8 bilhões a valor de mercado (conforme divulgado em Fato Relevante em 13 de dezembro de 2021), que estão desoneradas e podem ser, portanto, utilizadas como garantia em cenários de stress.

f) níveis de endividamento e características das dívidas, descrevendo:

i. contratos de empréstimos e financiamento relevantes:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A tabela abaixo apresenta a evolução do endividamento bruto da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020:

Modalidade	Encargos Anuais		Consolidado		
	Taxa	Indexador	2022	2021	2020
Em moeda nacional					
Nota de Crédito a exportação	0%	CDI	-	-	131.780
Linhas do BNDES	2,16%	+TJLP	123.886	145.682	162.873
Linhas do BNDES	4,92%	PRÉ	177.352	117.845	160.039
Linhas do BNDES	3,57%	+IPCA	554.118	-	-
Crédito rural	8,00%	PRÉ	307.986	-	278.497
FINEP	4,00%	PRÉ	43.905	64.169	84.433
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	98,62%	CDI	1.160.354	1.442.018	1.474.171
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) (ii)	4,88%	+IPCA	526.839	475.325	448.743
Debêntures (iv)	5,59%	+IPCA	1.596.996	-	-
Internacional Finance Corporation (IFC)	1,47%	CDI	306.672	-	-
Outros créditos securitizados	3,00%	+IGP-M/PRE	31	36	8.389
Leasing	5,98%	PRÉ	-	180	-
Total em moeda nacional			4.798.139	2.245.255	2.748.925
Em moeda estrangeira					
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	1,60%	Sofr 6M	190.395	-	-
Pré Pagamento de Exportação (PPE)	0%	Var. cambial	-	-	1.050.150
Pré Pagamento de Exportação (PPE) (vi)	1,72%	+Libor 6M	402.323	1.307.281	394.865
International Finance Corporation (IFC) (v)	1,52%	+Libor 6M	493.455	344.468	474.334
Nota de Crédito a Exportação (NCE) (iii)	2,27%	Var. cambial	-	142.513	130.057
FINEM	2,69%	+Cesta Moedas	4.037	11.446	16.111
Total em moeda estrangeira			1.090.210	1.805.708	2.065.517
TOTAL (i)			5.888.349	4.050.963	4.814.442
Circulante			581.515	674.504	591.024
Não Circulante			5.306.834	3.376.459	4.223.418

(i) Os custos totais das dívidas em moeda nacional e estrangeira foram calculados com base na duração das carteiras e curvas DI e Libor na demonstração financeira atual.

(ii) 100% do montante de certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) atrelado a IPCA+ está indexado a 117,49% DI via contrato de SWAP.

(iii) 100% do montante de nota de crédito à exportação (NCE) está indexado a DI+ 1,40% a.a. via contrato de SWAP

(iv) 33% do montante de Debêntures está indexado a DI+ 1,10% a.a. e 67% está indexado a 108,15% DI, via contrato de SWAP

(v) 27% do montante do empréstimo com o International Finance Corporation (IFC) está indexado a DI+1,15% a.a. e 35% está indexado a 4,99% taxa pré-fixada, via contrato de SWAP.

(vi) 100% do montante de empréstimo de Pré Pagamento de Exportação (PPE) atrelado a LIBOR+ está indexado a DI+1,14% a.a. via contrato de SWAP.

O endividamento da Companhia é composto por contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras, tomados com a principal finalidade de financiar as operações recorrentes da Companhia, além dos projetos previstos, a exemplo do que é citado no item 10.8, deste Formulário de Referência. Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos.

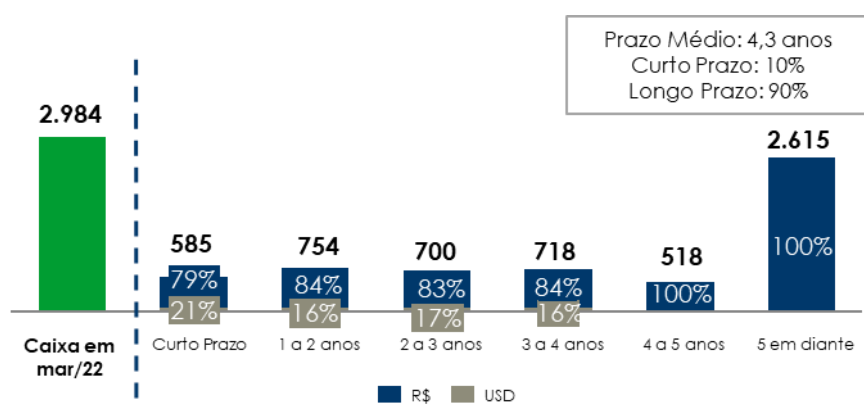
Com base na Resolução nº. 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a Usina Santa Luiza securtizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securtizados, registrados como "Créditos rurais securtizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual.

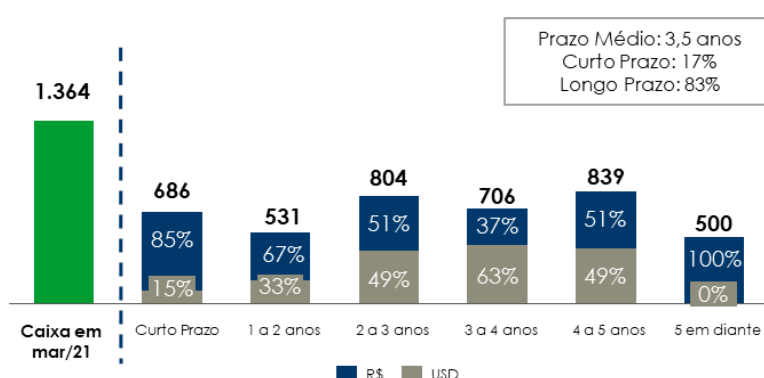
Esta obrigação foi registrada nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2022, de 2021 e 2020, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2022, segue detalhado a seguir:

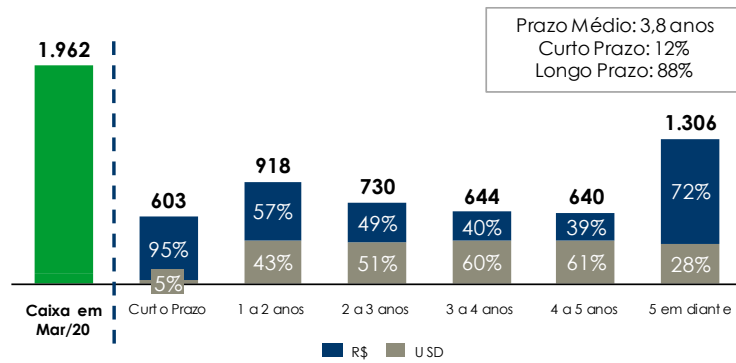


Controladora e Consolidado	Controladora	Consolidado
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	754.445	754.445
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	700.453	700.453
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	718.146	718.146
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	518.335	518.335
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	220.647	220.647
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	360.016	360.016
De 1º/04/2029 a 31/03/2030	195.515	195.515
A partir de 1º/04/2030	1.819.251	1.839.277
	5.286.808	5.306.834

O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2021, segue detalhado a seguir:



O cronograma de amortização das obrigações financeiras vigentes em 31 de março de 2020, segue detalhado a seguir:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo relativos à Companhia têm a seguinte composição de vencimento:

	31 de Março de 2021
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	531.395
De 1º/04/2023 a 30/03/2024	803.943
De 1º/03/2024 a 31/03/2025	706.066
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	839.063
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	437.509
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.349
De 1º/04/2028 a 31/03/2029	19.663
A partir de 1º/04/2029	17.471
	<u>3.376.459</u>

	31 de Março de 2020
De 1º/04/2021 a 31/03/2022	918.098
De 1º/04/2022 a 31/03/2023	730.166
De 1º/04/2023 a 31/03/2024	644.113
De 1º/04/2024 a 31/03/2025	640.372
De 1º/04/2025 a 31/03/2026	796.763
De 1º/04/2026 a 31/03/2027	436.442
De 1º/04/2027 a 31/03/2028	21.011
Após 2028	36.453
	<u><u>4.223.418</u></u>

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Em 31 de março de 2022, a Companhia não possuía qualquer outra operação de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas no item anterior.

iii. grau de subordinação entre as dívidas:

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de março de 2022 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Na tabela abaixo destacamos os covenants financeiros existentes nos contratos de empréstimos e financiamento da Companhia:

Operação	Parâmetros	2022	2021	2020	2019
Financiamento BNDES	Dívida líquida ¹ / EBITDA <= 3,0	1,4 x	1,4 x	1,6 x	1,3 x
Financiamento Rabobank	Dívida Financeira líquida ² / EBITDA <= 4,0	0,7 x	0,7 x	1,0 x	1,3 x
Debêntures	Dívida financeira líquida ajustada ³ / EBITDA <= 4,0	0,6 x	0,7 x	0,9 x	1,3 x
	Índice de liquidez corrente >= 1,0x	2,6 x	1,7 x	2,0 x	2,6 x
Empréstimo IFC	Dívida líquida ⁴ / EBITDA (para 4T) <= 4,0x	1,4 x	1,4 x	1,6 x	1,3 x
	Pagamentos diferidos de ativos adquiridos <= 200.000	3.669	15.288	26.934	38.605
	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida >= 1,0 x	-3,0 x	24,1 x	-8,6 x	-2,2 x
	Maior nível do índice de cobertura do serviço da dívida >= 1,0 x	-119,8 x	24,1 x	-11,0 x	-2,3 x

EBITDA acumulado dos últimos 12 meses

A companhia possui covenants financeiros com 4 contrapartes, cujas respectivas definições de dívida líquida diferem entre si, razão pela qual o resultado dos indicadores no quadro acima, na mesma data, são diferentes. Já a definição de EBITDA é em comum em todos os contratos.

Segue abaixo detalhamento dos indicadores:

EBITDA: significa o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

1. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o BNDES (diretos e indiretos):

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Líquida¹/ EBITDA em limite igual ou inferior a 3,0, sendo:

Dívida Líquida¹: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados no passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Líquida¹ era de R\$ 5.724,1 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 1,4 x.

2. Financiamentos celebrados entre a São Martinho e o Rabobank:

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida²/ EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida² da companhia significa, a qualquer momento, sem duplicação, (a) todas as dívidas (não incluídas as obrigações com fornecedores, tributos, dividendos, provisões e demais contas a pagar) em relação à (i) valores emprestados, incluindo, mas não se limitando a, obrigações relacionadas com empréstimos e cartas de créditos e (ii) todas as obrigações de pagamento evidenciadas por títulos, debentures, notas promissórias, que não sejam representativas ou outros títulos semelhantes - a partir das quais serão deduzidos os montantes atribuíveis à variação cambial sobre a parcela de longo prazo de dívida em dólar, menos (b) o seu caixa e equivalente de caixa.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Financeira Líquida² era de R\$ 2.795,2 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 0,7 x.

3. Debêntures celebrado em 2021, entre a São Martinho e o Itaú (3ª emissão), e entre São Martinho e XP Investimentos em 2022 (4ª emissão):

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia deverá observar o seguinte índice financeiro: Dívida Financeira Líquida Ajustada³/EBITDA em limite igual ou inferior a 4,0, sendo:

Dívida Financeira Líquida Ajustada³: significa, qualquer valor devido, em decorrência de (i) empréstimos, mútuos, financiamentos ou outras dívidas financeiras, incluindo arrendamento mercantil, leasing financeiro, títulos de renda fixa, debêntures, letras de câmbio, notas promissórias ou instrumentos similares; (ii) aquisições a pagar; (iii) saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos; (iv) cartas de crédito, avais, fianças, coobrigações e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas respectivas demonstrações financeiras; e (v) obrigações decorrentes de resgate de valores mobiliários representativos do capital social e pagamento de dividendos ou lucros declarados e não pagos, se aplicável; deduzida do somatório das disponibilidades, aplicações financeiras, ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos) e títulos e valores mobiliários, livres e desembaraçados de quaisquer Ônus; e deduzida dos estoques (exceto quaisquer estoques obsoletos) informados pela Companhia.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Financeira Líquida Ajustada³ era de R\$ 2.426,3 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 0,6 x.

4. Empréstimo IFC celebrado em 2017 e 2021, entre a São Martinho e o IFC

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros:

a. Índice de liquidez corrente em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de liquidez corrente significa o resultado obtido da divisão ativo circulante pelo passivo circulante.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022, o ativo circulante era R\$ 5.553,5 milhões e o passivo circulante era R\$ 2.175,1 milhões, resultando em 2,6x.

b. Dívida Líquida⁴/ EBITDA (para 4T) em limite igual ou inferior a 4,0

Dívida Líquida⁴: Dívida Onerosa (empréstimos e financiamentos, debêntures, Financiamentos por arrendamento financeiro e outros passivos com características semelhantes, classificados o passivo circulante ou não circulante), deduzida dos valores do caixa e equivalentes e caixa e das aplicações financeiras e da variação cambial de longo prazo.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 a Dívida Líquida⁴ era de R\$ 5.798,4 milhões e o EBITDA, acumulado nos últimos 12 meses, era de R\$ 4.045,1 milhões, resultando em 1,4 x.

c. Pagamentos diferidos de ativos adquiridos em limite igual ou inferior a R\$ 200.000, sendo:

Pagamentos diferidos de ativos adquiridos significa qualquer dívida da companhia relativa ao preço de compra diferido de ativos ou serviços (exceto contas comerciais incorridas e a pagar no curso normal dos negócios a credores/fornecedores comerciais dentro de 90 dias da data em que foram incorridas e que não estejam vencidas).

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022 os Pagamentos Diferidos de Ativos era de R\$ 3,7 milhões no Passivo Circulante e R\$ 0 no ativo não circulante, resultando em R\$ 3,7 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

d. Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Índice de cobertura do serviço da dívida, obtido pela razão calculada em dólar:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,

(b) Dívida Bruta⁶ de curto prazo menos o Excesso de Caixa (Caixa menos R\$ 75 milhões), ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022:

EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 787,5 milhões;

Dívida Bruta⁶ de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos o excesso de caixa (Caixa menos R\$ 614 milhões) reportados no último trimestre, totalizando US\$ - 266,3 milhões. Este indicador está negativo, pois o excesso de caixa da Companhia é superior à dívida de curto prazo mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres. Resultando em -3,0 x.

e. Maior nível do índice de cobertura do serviço de dívida (se positivo) em limite igual ou superior a 1,0, sendo:

Maior nível do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida significa a divisão calculada em dólares do:

(a) EBITDA dos últimos quatro trimestres mais receita financeira dos últimos 4 trimestres, ambos convertidos pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres,

(b) O maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal durante o prazo de vigência da dívida com o IFC, menos excesso caixa reportado no último trimestre, ambos convertidos pelo dólar do último exercício fiscal, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres, convertidas pelo dólar médio dos últimos quatro trimestres.

Para fins de esclarecimento na data de 31 de março de 2022:

EBITDA dos últimos quatro trimestres mais (b) receita financeira para os últimos quatro trimestres era de US\$ 787,5 milhões, o maior valor de vencimentos de dívidas financeiras por exercício fiscal, até o vencimento final da dívida com o IFC, mais despesas de juros dos últimos 4 trimestres menos excesso caixa reportado no último trimestre era de US\$ 266,3 milhões, resultando em - 119,8 x.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos de empréstimos e financiamentos indicados na tabela acima possuíam os seguintes saldos em aberto em 31 de março de 2022:

Financiamento BNDES: R\$ 859,4 milhões
Financiamento Rabobank: R\$ 592,7 milhões
Debêntures: R\$ 1.597,0 milhões
Empréstimo IFC: R\$ 800,1 milhões

Os saldos acima consideram as comissões já pagas e provisionadas para diferimento ao longo da vida útil dos contratos. Os empréstimos e financiamentos da companhia atualmente possuem outras restrições conforme padrão de mercado, tais como: transferência do controle acionário, direto ou indireto, sem a prévia anuência do credor; requerer recuperação judicial ou submeter pedido de recuperação extrajudicial; pedido de liquidação ou falência não elidido no prazo legal, restrição para cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

onerosa, de todos ou substancialmente todos os seus respectivos ativos, exceto se (i) previamente autorizado pelo credor; ou (ii) a destinatária de tal transferência seja quaisquer de suas controladas; alteração de seu objeto social de modo a alterar suas atividades principais; ocorrência de qualquer mudança, transferência ou cessão direta ou indireta, de seu controle societário/acionário, ou ainda sua incorporação, fusão ou cisão, de forma alterar o controle; teto mínimo de inadimplemento de obrigações financeiras inclusive protestos; cancelamento do registro de companhia emissora de valores mobiliários; cumprimento pela companhia da legislação socioambiental.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de março de 2022 a Companhia possuía R\$ 747 milhões disponíveis em linha de crédito junto ao BNDES e não utilizados. A posição em 31 de março de 2021 era de R\$ 942 milhões disponíveis em linha de crédito e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A seguir são apresentadas as principais alterações nas demonstrações financeiras encerradas em, 31 de março de 2022, 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Análise comparativa entre o exercício findo em 31 de março de 2022 (12M22), 2021 (12M21) e 2020 (12M20):

SÃO MARTINHO S.A. - CONSOLIDADO	12M22	12M21	12M20	12M22 X 12M21	12M21 X 12M20
Em milhares de Reais					
Receita bruta	6.086.693	4.642.887	4.065.225	31,1%	14,2%
Deduções da receita bruta	(366.740)	(337.804)	(371.365)	8,6%	-9,0%
Receita líquida	5.719.953	4.305.083	3.693.860	32,9%	16,5%
Custo dos produtos vendidos (CPV)	(3.299.689)	(2.750.835)	(2.516.996)	20,0%	9,3%
Lucro bruto	2.420.264	1.554.248	1.176.864	55,7%	32,1%
Margem bruta (%)	42,3%	36,1%	31,9%	4,2 p.p	5,9 p.p.
Despesas operacionais	(7.562)	(3.334)	8.969	126,8%	-137,2%
Despesas com vendas	(160.167)	(173.154)	(138.197)	-7,5%	25,3%
Despesas gerais e administrativas	(293.576)	(257.158)	(216.869)	14,2%	18,6%
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.358	5.776	625	27,4%	824,2%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	438.823	421.202	363.410	4,2%	15,9%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.412.702	1.550.914	1.185.833	55,6%	30,8%
Receitas (despesas) financeiras:	(473.461)	(342.112)	(452.159)	38,4%	-24,3%
Receitas financeiras	155.135	63.279	117.003	145,2%	-45,9%
Despesas financeiras	(486.302)	(392.914)	(415.979)	23,8%	-5,5%
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(84.657)	(14.867)	(35.891)	469,4%	-58,6%
Resultado de derivativos	(57.637)	2.390	(117.292)	-2511,6%	-102,0%
Lucro operacional antes do IR e CS	1.939.241	1.208.802	733.674	60,4%	64,8%
IR e contribuição social - parcela corrente	(229.327)	(167.151)	(124.725)	37,2%	34,0%
IR e contribuição social - parcela diferida	(229.046)	(114.527)	30.061	100,0%	-481,0%
Lucro líquido do período	1.480.868	927.124	639.010	59,7%	45,1%
Margem líquida (%)	25,9%	21,5%	17,3%	4,2 p.p.	8,0 p.p.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Exercício social findo em 31 de março de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2021

Receita Líquida Total: A receita líquida total auferida no 12M22 foi de R\$ 5.719,9 milhões, representando, um aumento de 32,9%, em relação ao período 12M21, quando totalizou R\$ 4.305,1 milhões. O crescimento do indicador reflete, principalmente, maiores preços médios de comercialização do etanol (+69,1%) e do açúcar (+32,7%), além de receitas relacionadas à negócios imobiliários, e aos CBIOS comercializados ao longo da safra.

Os principais direcionadores para a performance de preços na safra se deram, principalmente, pela (i) recuperação do preço internacional do petróleo no período comparativo, e (ii) aumento do preço do açúcar no mercado internacional, dado a relação mais apertada entre a oferta e demanda, somado à volatilidade cambial.

Considerando o cenário acima exposto, compartilhamos um detalhamento em nossa receita líquida, por produto, conforme descrito abaixo:

Receita líquida de Açúcar: A receita líquida das vendas de açúcar totalizou R\$ 2.346,7 milhões no 12M22, representando um aumento de 21,1% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho no período reflete melhores preços médios de comercialização, reflexo da combinação favorável entre preço em USD c/p e o câmbio no período.

Receita líquida de Etanol: A receita líquida das vendas de etanol totalizou R\$ 2.990,5 milhões no 12M22, representando um aumento de 47,2% em relação ao 12M21. A melhora no período decorre do aumento do preço médio de comercialização em 69,1% (12M22 versus 12M21), considerando a combinação do preço do petróleo e paridade cambial em relação ao mesmo período da safra passada. Adicionalmente, ao longo da safra foram comercializados 1.127 mil CBIOS, com preço médio líquido de R\$ R\$ 32,9/CBIO.

Receita líquida de Energia: A receita líquida de comercialização de energia elétrica totalizou R\$ 229,9 milhões no 12M22, apresentando um aumento de 14,8% em relação ao 12M21, refletindo preço médio superior em 26,7% nos 12M22, dado o preço spot superior no período.

Receita Líquida de Levedura: A receita líquida de comercialização de levedura totalizou R\$ 46,4 milhões no 12M22, apresentando um crescimento de 6,7% em relação ao mesmo período da safra anterior. O melhor desempenho ao longo da safra 21/22 decorre, principalmente, do maior volume vendido, em linha com a maior da produção na planta da UBV.

Receita Líquida de Negócios Imobiliários: No 12M22, a receita líquida totalizou R\$ 52,2 milhões, representando um crescimento de 141,8% em relação ao 12M21, dado a realização de receita relacionada aos nossos projetos e ativos imobiliários.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): No 12M22, o CPV totalizou R\$ 3.299,7 milhões, representando um aumento de 20,0% em relação ao 12M21, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+51,5%), um menor volume de produção, aumento dos preços do diesel - em linha com o petróleo - e mão de obra.

Para fins de esclarecimento, o Consecana consiste no modelo de precificação da cana de fornecedores, medido em R\$ por kilo de ATR, e tem como indexadores os preços do açúcar e etanol, ou seja, reflete as variações de mercado desses produtos no período. Em razão de fatores de mercado, tais como oferta e demanda desses produtos, valorização do preço do barril de petróleo, e somado a desvalorização do real frente ao dólar americano, houve grande apreciação dos preços do açúcar e etanol impactando consequentemente a composição do Consecana no período, resultando em uma forte variação do custo da cana de fornecedores.

Despesas com Vendas: As despesas com vendas totalizaram R\$ 160,2 milhões no 12M22, implicando em uma redução de 7,5% em relação ao 12M21. A redução nos períodos reflete principalmente o menor volume de açúcar e etanol comercializados no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas Gerais e Administrativas: No 12M22, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 293,6 milhões, representando um aumento de 14,2% em relação ao mesmo período da safra anterior, refletindo principalmente, o efeito contábil (não caixa) da marcação a mercado do preço da ação da Companhia, no período, atrelada ao programa de opções virtuais.

Resultado Financeiro: Na safra 21/22, o aumento do resultado financeiro foi de 38,4%, somando R\$ 473,5 milhões. Esta variação decorre, principalmente, do aumento da taxa de juros e variação cambial no período e o acréscimo da dívida líquida em função do maior desembolso de investimentos.

Lucro Líquido: No 12M22, o lucro caixa totalizou R\$ 1.480,9 milhões, um aumento de 59,7% em relação ao 12M21, alavancado, principalmente, pelo aumento EBITDA Ajustado no período.

Exercício social findo em 31 de março de 2021 comparado ao exercício social encerrado em 31 de março de 2020

Receita Líquida Total: no comparativo 12M21 x 12M20, a receita líquida apresentou um aumento de 16,5% refletindo, principalmente, (i) ao maior volume vendido de açúcar (+34%) a preços superiores (+17%) em relação do 12M20, (ii) a comercialização de CBIOS ocorrida na safra, e (iii) aumento do volume de vendas de levedura, e melhores preços.

Abaixo destacamos as principais variações detalhadas por produtos:

Receita líquida de Açúcar: no período acumulado (12M21), a receita líquida de açúcar totalizou R\$ 1.938,3 milhões, aumento de 56,1% em relação ao 12M20, refletindo (i) o maior volume comercializado de açúcar no período (+33,9%) – decorrente do mix de produção mais açucareiro ao longo da safra 20/21, e (ii) o preço do açúcar 16,6% superior comparado à safra passada. O preço do açúcar apresentou forte recuperação ao longo da safra 20/21, impulsionado pela melhora dos fundamentos de mercado do produto, somado à desvalorização do Real, gerando uma melhora de margem significativa para o produtor brasileiro.

Receita líquida de Etanol: no período acumulado (12M21) a receita líquida de etanol totalizou R\$ 2.032,2 milhões, 5,4% menor em comparação ao 12M20, devido, principalmente, ao menor volume de vendas realizado na safra, inferior em 8,1%, apesar do preço médio de comercialização ter sido cerca de 3,0% maior.

Receita líquida de Energia: a receita líquida com comercialização de energia apresentou redução de 8,3% em relação ao 12M20, totalizando R\$ 200,3 milhões, refletindo principalmente, o menor preço de comercialização ocorrido no período, além do menor volume de comercialização no acumulado da safra.

Receita Líquida de Levedura: para o período acumulado da safra (12M21), a receita líquida de levedura subiu 82,6% em relação ao 12M20, somando R\$ 43,4 milhões. O melhor desempenho, no 12M21 é resultado, principalmente, do maior preço de comercialização, impactado pela apreciação do dólar em relação ao Real, além do maior volume de vendas ocorrido nos 12M21.

Receita Líquida de CBIOS: A partir do 3T21 passamos a detalhar em uma linha específica a receita líquida relacionada à comercialização de CBIOS. No período acumulado da safra, foram comercializados cerca de 832 mil CBIOS, com preço médio líquido de R\$ 32,7/CBIO (IR retido na fonte). A receita líquida com CBIOS totalizou R\$ 27,2 milhões no 12M21.

CPV (Custo dos Produtos Vendidos): para o período acumulado da safra o CPV totalizou R\$ 2.750,9 milhões, um aumento de 9,3% em relação à safra anterior, devido, principalmente, ao impacto do aumento do Consecana (+18,3%) e do maior volume de comercialização em ATR equivalente (+7,5%).

Despesas com Vendas: no acumulado da safra (12M21) as despesas ficaram 25,3% superiores quando comparado ao 12M20, somando R\$ 173,1 milhões. Esses aumentos estão relacionados

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

aos fretes e custos portuários, e refletem, principalmente, o aumento ocorrido no valor do diesel, além do maior volume de exportação (i) de etanol no 4T21, e (ii) de açúcar no 12M21, em relação aos mesmos períodos da safra anterior.

Despesas Gerais e Administrativas: no acumulado da safra as despesas recorrentes somaram R\$ 257,2 milhões, superior em 18,6% quando comparado ao 12M20. O aumento das despesas reflete, principalmente, o efeito contábil – não caixa – da marcação a mercado do programa de opções virtuais, reflexo da valorização das ações no período.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro líquido no 12M21 totalizou uma despesa de R\$ 342,1 milhões, apresentando uma redução de 24,3% no período. A melhora da performance financeira reflete a menor variação cambial de dívidas em moeda estrangeira, além da redução das despesas financeiras, reflexo da gestão do endividamento, com consequente redução do custo da dívida.

Lucro Líquido: no acumulado 12M21, o lucro líquido totalizou R\$ 927,1 milhões, 45,1% superior em comparação ao 12M20, como resultado dos fatores mencionados anteriormente, principalmente dado o crescimento da LAIR (lucro operacional antes de Imposto de Renda e Contribuição Social) no período, que totalizou R\$ 1.208,8 milhões, refletindo aumento de 64,8% no período comparativo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BALANÇOS PATRIMONIAIS****Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2022 e em 31 de março de 2021:**

São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - ATIVO					
Em milhares de R\$					
ATIVO	mar/22	mar/21	mar/20	mar/22 x mar/21	mar/21 x mar/20
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	114.903	288.350	92.066	-60,2%	213,2%
Aplicações financeiras	2.857.864	1.062.154	1.831.504	169,1%	-42,0%
Contas a receber de clientes	225.707	215.659	165.829	4,7%	30,0%
Instrumentos financeiros derivativos	228.718	139.904	224.635	63,5%	-37,7%
Estoques e adiantamentos a fornecedor	764.576	446.313	366.177	71,3%	21,9%
Ativos biológicos	1.219.281	989.540	713.547	23,2%	38,7%
Tributos a recuperar	60.303	12.062	12.303	399,9%	-2,0%
Imposto de renda e contribuição social	65.232	42.250	71.257	54,4%	-40,7%
Outros ativos	16.958	9.376	8.832	80,9%	6,2%
TOTAL CIRCULANTE	5.553.542	3.205.608	3.486.150	73,2%	-8,0%
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	11.374	13.644	38.494	-16,6%	-64,6%
Estoques e adiantamento a fornecedores	146.986	106.838	49.916	37,6%	114,0%
Instrumentos financeiros derivativos	169.679	48.639	28.977	248,9%	67,9%
Contas a receber de clientes	26.872	24.189	27.192	11,1%	-11,0%
Tributos a recuperar	177.844	96.241	81.046	84,8%	18,7%
Imposto de renda e contribuição social	8.617	-	-	n.m.	n.m.
Depósitos judiciais	749.361	485.029	271.060	54,5%	78,9%
Outros ativos	156.471	113.935	67.176	37,3%	69,6%
	1.447.204	888.515	563.861	62,9%	57,6%
Investimentos	45.565	39.951	33.868	14,1%	18,0%
Imobilizado	6.771.209	5.962.644	5.844.505	13,6%	2,0%
Intangível	457.313	451.742	465.689	1,2%	-3,0%
Direito de Uso	3.084.312	1.869.396	1.719.453	65,0%	8,7%
TOTAL NÃO CIRCULANTE	11.805.603	9.212.248	8.627.376	28,2%	6,8%
TOTAL DO ATIVO	17.359.145	12.417.856	12.113.526	39,8%	2,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

São Martinho S.A. - CONSOLIDADO - PASSIVO					
Em milhares de R\$					
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	mar/22	mar/21	mar/20	mar/22 x mar/21	mar/21 x mar/20
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	581.515	674.504	591.024	-13,8%	14,1%
Arrendamentos a pagar	82.475	66.264	40.168	24,5%	65,0%
Parceria agrícola a pagar	500.376	285.308	203.835	75,4%	40,0%
Instrumentos financeiros derivativos	245.145	218.685	406.473	12,1%	-46,2%
Fornecedores	415.082	221.707	174.524	87,2%	27,0%
Obrigações com a Copersucar	12.753	9.075	10.892	40,5%	-16,7%
Salários e contribuições sociais	191.786	171.883	150.249	11,6%	14,4%
Tributos a recolher	34.871	24.229	34.730	43,9%	-30,2%
Imposto de renda e contribuição social a pagar	7.597	7.480	4.985	1,6%	50,1%
Dividendos a Pagar	5.971	102.552	54.694	-94,2%	87,5%
Adiantamento de clientes	27.269	17.436	34.710	56,4%	-49,8%
Aquisição de Participação Societárias	3.669	11.638	11.664	-68,5%	-0,2%
Outros passivos	66.546	30.812	18.527	116,0%	66,3%
TOTAL	2.175.055	1.841.573	1.736.475	18,1%	6,1%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	5.306.834	3.376.459	4.223.418	57,2%	-20,1%
Arrendamentos a pagar	539.057	399.157	377.954	35,0%	5,6%
Parceria agrícola a pagar	1.884.943	1.161.905	1.053.956	62,2%	10,2%
Instrumentos financeiros derivativos	34.585	80.227	79.022	-56,9%	1,5%
Obrigações com a Copersucar	161.277	167.121	179.189	-3,5%	-6,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.111.225	834.822	746.226	33,1%	11,9%
Provisão para contingências	87.006	102.256	100.283	-14,9%	2,0%
Aquisição de participação societária	-	3.650	15.270	-100,0%	-76,1%
Tributos com exigibilidade suspensa	725.834	458.480	242.188	58,3%	89,3%
Outros passivos	14.904	5.617	12.869	165,3%	-56,4%
TOTAL	9.865.665	6.589.694	7.030.375	49,7%	-6,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	2.681.571	2.071.819	1.696.652	29,4%	22,1%
Reserva de capital	-	-	9.418	n.m.	-100,0%
Ações em tesouraria	(139.997)	(139.997)	(131.361)	0,0%	6,6%
Ajustes de avaliação patrimonial	1.100.474	551.050	607.022	99,7%	-9,2%
Reserva de lucros	1.676.377	1.503.717	1.164.945	11,5%	29,1%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.318.425	3.986.589	3.346.676	33,4%	19,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.359.145	12.417.856	12.113.526	39,8%	2,5%

Ativo Circulante: Em 31 de março de 2022, o ativo circulante totalizou R\$ 5.553,5 milhões, em comparação com R\$ 3.205,6 milhões apresentados em março de 2021.

Este aumento de 73,2% decorreu principalmente:

- (i) do aumento da linha de aplicações financeiras que totalizou em 31 de março de 2022 R\$ 2.857,9 milhões, um aumento de 169,1% em comparação a R\$ 1.062,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Referida variação ocorreu, principalmente, em decorrência de novas captações de recursos no período,
- (ii) do aumento de 71,3% da linha de estoques e adiantamento a fornecedores, a qual totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 764,6 milhões, em comparação a R\$ 446,3 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, a decisão e estratégia da Companhia quanto ao momento de comercialização de seus produtos ao longo safra;
- (iii) ativos biológicos, em 31 de março de 2022, R\$ 1.219,3 milhões em comparação a R\$ 989,5 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 23,2%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Referida variação decorreu, principalmente, devido à variação do Consecana no período conforme demonstrado nas notas explicativas (item 7) das demonstrações financeiras referentes à safra 21/22;

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 114,9 milhões em comparação a R\$ 288,4 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 60,2%. Referida variação decorreu da estratégia de redução de exposição cambial;
- (ii) a linha instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 228,7 milhões, em comparação a R\$ 139,9 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 63,5%. A variação está relacionado, principalmente aos contratos de NDF, contabilizados em hedge accounting;
- (iii) do aumento da linha de tributos a recuperar, que totalizou R\$ 60,3 milhões, em 31 de março de 2022, um aumento de 399,9% em relação ao montante auferido em 31 de março de 2021, que somava R\$ 12,1 milhões, refletindo, principalmente, o maior montante de PIS/COFINS no período, relacionado aos entendimentos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2022, o ativo realizável a longo prazo totalizou R\$ 1.447,2 milhões, em comparação com R\$ 888,5 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 62,9% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 54,5% da linha de depósitos judiciais, que totalizavam em 31 de março de 2022, aproximadamente, R\$ 749,4 milhões refletindo o valor recebido pela Copersucar, referentes aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool);
- (ii) do aumento de 248,9% da linha de instrumentos financeiros derivativos atrelado a operações de derivativos no trimestre que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 169,7 milhões, em comparação a R\$ 48,6 milhões em 31 de março de 2020, devido a contratação de operações de SWAPs de dívida;
- (iii) do aumento de 84,8% da linha de tributos a recuperar que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 177,8 milhões em comparação a R\$ 96,2 milhões em 31 de março de 2021. A principal variação está relacionada a contabilização dos créditos relacionados à exclusão do ICMS na base de cálculo do Pis/Cofins;
- (iv) do aumento de 37,6% da linha de estoques e adiantamento a fornecedores, a qual totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 147,0 milhões, em comparação a R\$ 106,8 milhões em 31 de março de 2021, devido, principalmente ao posicionamento e decisão estratégica comercial da Companhia, no momento de vendas de seus produtos ao longo da safra;

A Companhia ressalta, ainda, que a linha de contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 26,9 milhões, em comparação a R\$ 24,2 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 11,1%. Referida variação é inerente à suas operações no período, quando ocorrem montantes relevantes de faturamento, refletindo o prazo médio de recebimento dos nossos produtos.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2022, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas de investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 10.358,4 milhões, em comparação com R\$ 8.323,4 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 24,4%.

Esta variação decorreu, principalmente

- (i) do aumento de 65,0% da linha de direito de uso, que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 3.084,3 milhões em comparação a R\$ 1.869,4 milhões em 31 de março de 2021, em decorrência de aumento do preço do Consecana;

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- (ii) do aumento de 13,6% da linha de imobilizado, que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 6.771,2 milhões, em comparação a R\$ 5.962,6 milhões auferidos em 31 de março de 2021, a qual resultou, principalmente, as adições de investimentos relacionados à lavoura de cana de açúcar, e das obras em andamento;

A Companhia informa que a linha de investimentos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 45,6 milhões, em comparação a R\$ 40,0 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 14,1%. Referida variação decorreu, principalmente, da variação positiva da equivalência patrimonial do investimento que a Companhia detém no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A, dado o aumento do patrimônio líquido no período.

Com relação à linha intangível constante do ativo não circulante, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Passivo Circulante: Em 31 de março de 2022, o passivo circulante totalizou R\$ 2.175,1 milhões, em comparação com R\$1.841,6 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 18,1% se deve, principalmente:

- (i) ao aumento de 87,2% na linha de fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 415,1 milhões em comparação a R\$ 221,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo principalmente o montante relacionado à materiais e serviços, refletindo as variações naturais da operação e de projetos;
- (ii) ao aumento de 75,4% na linha de parceria agrícola a pagar, a qual totalizou, R\$ 500,4 milhões em 31 de março de 2022, em comparação com R\$ 285,3 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, o aumento do Consecana no período;
- (iii) ao aumento de 12,1% na linha de instrumentos financeiros derivativos, a qual totalizou R\$ 245,1,2 milhões em 31 de março de 2022, em comparação com R\$ 218,7 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, as variações dos contratos de operações de Swap cambial de compromissos de curto prazo;
- (iv) ao aumento de 11,6% na linha de salários e contribuições sociais, a qual totalizou R\$ 191,8 mil em 31 de março de 2022, em comparação a R\$ 171,9 milhões auferidos em 31 de março de 2021, reflexo de variações salariais e de benefícios da categoria, além de outras variações inerentes à sua operação no período;
- (v) arrendamentos a pagar totalizou em 31 de março de 2022, R\$ 82,5 milhões, em comparação a R\$ 66,2 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 24,5%, justificado principalmente pelo aumento do consecana no período.
- (vi) ao aumento de 43,9% na linha de tributos a recolher, a qual totalizou R\$ 34,9 milhões em 31 de março de 2022, em comparação a R\$ 24,2 milhões auferidos em 31 de março de 2021, refletindo, principalmente, os compromissos tributários de curto prazo inerentes à sua operação; e
- (vii) ao aumento de 56,4% na linha de adiantamento de clientes, a qual totalizou R\$ 27,3 milhões em 31 de março de 2022, em comparação a R\$ 17,4 milhões em 31 de março de 2021, decorrente de novos acordos comerciais firmados durante a safra 2021/2022;

A Companhia informa, ainda, que as linhas:

- (i) empréstimos e financiamentos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 581,5 milhões, em comparação a R\$ 674,5 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 13,8%. Referida variação decorreu do pagamento de obrigações de curto prazo da Companhia em momento de caixa oportuno;
- (ii) dividendos a pagar totalizou, em 31 de março de 2022 R\$ 6,0 milhões, em comparação a R\$ 102,6 milhões em 31 de março de 2021, representando uma redução de 94,2%, a variação ocorreu pela antecipação de dividendos conforme aviso aos acionistas divulgado em 08 de novembro de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com relação às linhas obrigações com a Copersucar, aquisição de participações societárias e imposto de renda e contribuição social a pagar constantes dos demais itens do passivo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Passivo Não Circulante: Em 31 de março de 2022, o passivo exigível a longo prazo totalizou R\$ 9.865,7 milhões, em comparação com R\$ 6.589,7 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 49,7% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 57,2% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 5.306,8 milhões em comparação com R\$ 3.376,4 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em virtude das novas captações de recursos realizadas;
- (ii) parcerias agrícolas a pagar totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 1.885,0 milhões, em comparação a R\$ 1.161,9 milhões em 31 de março de 2021, representando, portanto, um aumento de 62,2%, em decorrência de aumento do preço Consecana no período;
- (iii) do aumento de 33,1% na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 1.111,2 milhões em comparação a R\$ 834,8 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em decorrência do reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos relacionado a apuração do lucro fiscal no período e da contabilização do imposto diferido sobre a variação cambial das dívidas reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.
- (iv) do aumento de 58,3% da linha de tributos com exigibilidade suspensa, que totalizavam em 31 de março de 2022, aproximadamente, R\$ 725,8 milhões refletindo a contrapartida dos depósitos judiciais do valor recebido pela Copersucar, referentes aos créditos do IAA (antigo Instituto de Açúcar e Alcool);
- (v) do aumento de 35,0% da linha de arrendamentos a pagar, que totalizou em 31 de março de 2022, R\$ 539,1 milhões, em comparação a R\$ 399,2 milhões em 31 de março de 2021, refletindo também o aumento do consecana no período;

A Companhia informa, ainda, que as linhas:

- (i) instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 34,6 milhões, em comparação a R\$ 80,2 milhões, em 31 de março de 2021, representando, portanto, uma redução de 56,9%. Referida variação decorreu da mudança da classificação de longo prazo para curto prazo dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, conforme cronograma de cada contrato, principalmente de operações de SWAPS de dívida.

Com relação às linhas, obrigações com a Copersucar, provisão para contingências, aquisição de participações societárias, e outros passivos constantes dos demais itens do passivo não circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Patrimônio Líquido: Em 31 de março de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 5.318,4 milhões, em comparação com R\$ 3.986,6 milhões em 31 de março de 2021.

Este aumento de 33,4% decorreu, principalmente:

- (i) do reconhecimento do lucro líquido do período encerrado em 31.03.2022, que somou R\$ 1.480,9 milhões, reflexo principalmente, do crescimento do EBITDA Ajustado na safra;
- (ii) do aumento de 99,7% da linha de ajustes de avaliação patrimonial que totalizou, em 31 de março de 2022, R\$ 1.100,5 milhões em comparação aos R\$ 551,0 milhões auferidos em 31 de março de 2021, em decorrência, principalmente, das variações

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dos derivativos designados para Hedge Accounting e o reconhecimento de R\$ 157,7 milhões de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terras.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020:

Ativo Circulante: Em 31 de março de 2021, o ativo circulante totalizou R\$ 3.205,6 milhões, em comparação a R\$ 3.486,1 milhões em 31 de março de 2020.

Esta redução de 8,0% decorreu, principalmente:

- (i) da redução de 42,0% na linha de aplicações financeiras que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.062,2 milhões em comparação a R\$ 1.831,5 milhões em 31 de março de 2020, em virtude do aumento da liquidação de financiamentos bancários no período analisado;
- (ii) da redução de 37,7% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 139,9 milhões em comparação a R\$ 224,6 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da melhora da pandemia e consequente redução da volatilidade do mercado, que trouxe menos variação na marcação a mercado dos nossos derivativos comparativamente a 31 de março de 2020;
- (iii) da redução de 40,7% na linha de imposto de renda e contribuição social que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 42,2 milhões, em comparação a R\$ 71,2 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da utilização dos créditos de imposto de renda e contribuição para compensação de IR/CS devidos durante o exercício fiscal de 2021.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) caixa e equivalentes de caixa totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 288,3 milhões em comparação a R\$ 92,1 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 213,2%. Referida variação decorreu em virtude da melhor performance da Companhia no período comparativo;
- (ii) contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 215,6 milhões em comparação a R\$ 165,8 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 30,0%. Referida variação decorreu em virtude do maior volume de açúcar comercializado no período que possui prazo médio de pagamento maior que demais produtos;
- (iii) estoques e adiantamentos a fornecedor totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 446,3 milhões em comparação a R\$ 366,2 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 21,9%. Referida variação decorreu do maior volume de produtos acabados mantidos em estoque em 31 de março de 2021 em linha com a decisão da Companhia na definição estratégica do momento de venda dos produtos ao longo da safra; e
- (iv) ativos biológicos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 989,5 milhões em comparação a R\$ 713,5 mil, representando, portanto, um aumento de 38,7%. Referida variação decorreu (i) do aumento do Consecana no período; (ii) transferência do imobilizado; e (iii) atualização do valor justo do canavial refletindo as melhores perspectivas de preços do Consecana.

Com relação às linhas tributos a recuperar e outros ativos constantes dos demais itens do ativo circulante, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2021, o ativo não circulante totalizou R\$ 888,5 milhões, em comparação com R\$ 563,9 milhões em 31 de março de 2020, resultando em um aumento de 57,6%.

Referido aumento decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 114,0% na linha de estoques e adiantamentos a fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 106,8 milhões em comparação a R\$ 49,9 mil, refletindo principalmente um maior volume de adiantamento para fornecedores de cana

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- de açúcar;
- (ii) do aumento de 67,9% na linha de instrumentos financeiros derivativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 48,6 milhões em comparação a R\$ 28,9 milhões, em decorrência da marcação a mercado dos saldos dos contratos de derivativos da Companhia;
 - (iii) do aumento de 18,7% na linha de tributos a recuperar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 96,2 milhões em comparação a R\$ 81,0 milhões, em decorrência do maior acúmulo de créditos tributários no período, em linha com o maior estoque de produtos acabados que deixaram de ser faturados até 31 de março de 2021;
 - (iv) do aumento de 78,9% na linha de depósitos judiciais que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 485,0 milhões, em comparação a R\$ 271,1 milhões em 31 de março de 2020, devido aos tributos relacionados aos créditos da Copersucar. A Copersucar também é parte ativa em processos judiciais para restituição/indébito de diversos tributos ou indenizações. A Companhia, na condição de ex-cooperada, tem direito ao repasse proporcional dos eventuais créditos e informará ao mercado quando líquidos e certos. Dentre os processos dos quais a Copersucar é parte ativa, destaca-se o que condenou a União a indenizar danos decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. No referido processo, foi expedido, em junho de 2017, o 1º precatório de R\$ 5,6 bilhões (R\$ 730,5 milhões proporcionais à Companhia) e em junho de 2018 o precatório complementar no montante de R\$ 10,6 bilhões (R\$ 1,4 bilhão proporcional à Companhia). Discute-se ainda, o excesso de R\$ 2,2 bilhões alegados pela União Federal (R\$ 286,3 milhões proporcionais à Companhia). Durante o mês de março de 2019 a Copersucar levantou e repassou às Cooperadas a 1ª parcela do primeiro precatório (R\$ 906 milhões). Adicionalmente, em dezembro de 2019 foi levantada a 2ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,06 bilhão) e a 1ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,725 bilhão). Posteriormente, em setembro de 2020 foi levantada a 3ª parcela do primeiro precatório (R\$ 1,08 bilhão) e a 2ª parcela do precatório complementar (R\$ 1,975 bilhão).

Nos repasses, a Copersucar reteve parte dos recursos para discussão judicial de sua natureza indenizatória e incidência de PIS e COFINS, sob compromisso de repassá-los em caso de êxito. Em 31 de março de 2021 o saldo a receber da Copersucar a esse título era de R\$ 103,7 milhões, registrados em Outros ativos de longo prazo. A Companhia, alinhada à atuação da Copersucar, também propôs medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica: "Tributos com exigibilidade suspensa" e;

do aumento de 69,6% na linha de outros ativos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 113,9 milhões, em relação aos R\$ 67,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência do reconhecimento do ativo Pis/Cofins retido pela Copersucar no processo dos precatórios do IAA mencionados acima no item (iv) acima.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) aplicações financeiras totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 13,6 milhões em comparação a R\$ 38,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 64,6%. Referida variação decorreu devido à maior liquidação de financiamentos bancários no período;
- (ii) contas a receber de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 24,2 milhões em comparação a R\$ 27,2 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 11,0%. A Companhia entende que a referida variação é imaterial e inerente às suas operações.

Com relação à linha valores a receber da Copersucar, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Demais Itens do Ativo Não Circulante: Em 31 de março de 2021, os demais itens do ativo não circulante, representados pelas linhas investimentos, imobilizado, intangível e direito de uso, totalizaram R\$ 8.323,2 milhões, em comparação a R\$ 8.063,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 3,2%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Referido aumento decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 18,0% na linha de investimentos, que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 39,9 milhões, em comparação a R\$ 33,9 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da equivalência patrimonial que a companhia detém no CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.; e;
- (ii) do aumento de 8,7% na linha direito de uso registrado em 2021 que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.869,4 milhões em comparação a R\$ 1.719,4 milhões auferidos em 31 de março de 2020, devido às variações do preço do Consecana. Importante mencionar adicionalmente, que a partir do exercício encerrado em 31 de março de 2020, a Companhia passou a adotar o IFRS 16 – Arrendamentos, que introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos e parcerias agrícolas no balanço patrimonial. Dessa forma, o direito de uso do ativo passou a ser reconhecido como um ativo e a obrigação dos pagamentos como um passivo. A Companhia adotou a abordagem simplificada de efeito cumulativo e os seguintes critérios:
 - a. Passivo: saldos remanescentes dos contratos vigentes na data da adoção inicial, líquidos dos adiantamentos realizados e descontados pela média de cotação de contratos futuros da DI (cupom de juros nominal) com prazos equivalentes aos contratos de parceria e arrendamento; e
 - b. Ativo: valor equivalente ao passivo ajustado a valor presente.

Anualmente, esta nova norma, exige que seja feita a remensuração do valor do Passivo de Arrendamento Mercantil, que é precificado pelo modelo de consecana, já explicado anteriormente. No momento da remensuração do passivo, o Ativo de Direito de Uso também é remensurado, para que tanto o valor do Ativo quanto do Passivo, fiquem valorados a mercado no fechamento de cada ano Safrá.

Com relação às linhas imobilizado e intangível, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Passivo Circulante: Em 31 de março de 2021, o passivo circulante totalizou R\$ 1.841,6 milhões, em comparação a R\$1.736,5 milhões em 31 de março de 2020, resultando em um aumento de 6,1%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 14,1% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 674,5 milhões em comparação a R\$ 591,0 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da mudança da classificação contábil de longo para curto prazo de alguns contratos de financiamento, conforme seus respectivos cronogramas de amortização;
- (ii) do aumento de 65,0% na linha de arrendamentos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 66,3 milhões em comparação a R\$ 40,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência da variação do preço do Consecana no período;
- (iii) do aumento de 40,0% na linha de parceria agrícola a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 285,3 milhões em comparação a R\$ 203,8 milhões auferidos em 31 de março de 2020. Esta variação é decorrente da variação principalmente do preço do Consecana, conforme explicado anteriormente.
- (iv) do aumento de 27,0% na linha de fornecedores que totalizou, em 31 de março de 2021 R\$ 221,7 milhões em comparação a R\$174,5 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência (i) da variação do preço do Consecana no caso da rubrica de fornecedores de cana a pagar; e (ii) do aumento inflacionário na rubrica de fornecedores de materiais e serviços;
- (v) do aumento de 14,4% na linha de salários e contribuições sociais que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 171,9 milhões em comparação a R\$ 150,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de variações salariais e de benefícios da categoria;
- (vi) do aumento de 50,1% na linha de imposto de renda e contribuição social a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 7,5 milhões em comparação a R\$ 4,9 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de variação do IR/CS a pagar em função da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- melhor performance da operação;
- (vii) do aumento de 87,5% na linha de dividendos a pagar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 102,6 milhões em comparação a R\$ 54,7 milhões em 31 de março de 2020, refletindo o maior montante de dividendos distribuídos em relação ao período anterior; e
 - (viii) do aumento de 66,3% na linha outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 30,8 milhões em comparação a 18,5 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de saldos a pagar de fretes e carretos, seguros, cooperativa de crédito, dentre outros.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) instrumentos financeiros derivativos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 218,7 milhões em comparação a R\$ 406,5 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 46,2%. Referida variação decorreu da estabilização da volatilidade de mercado em relação a março de 2020 que impactou positivamente a marcação a mercado dos derivativos da Companhia;
- (ii) obrigações com a Copersucar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 9,1 milhões em comparação a R\$ 10,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 16,7%. Referida variação decorreu das liquidações de compromissos com a Copersucar no período de 2021;
- (iii) tributos a recolher totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 24,2 milhões em comparação a R\$ 34,7 milhões, representando, portanto, uma redução de 30,2%. Referida variação reflete o maior nível de estoque em 31 de março de 2021, que reduziu o nível de faturamento e consequentemente, de tributos a recolher; e
- (iv) adiantamento de clientes totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 17,4 milhões em comparação a R\$ 34,7 milhões, representando, portanto, uma redução de 49,8%. Referida variação decorreu em linha com o comentado no item (iii).

Com relação à linha aquisição de participação societária, a Companhia entende que esta não apresentou uma variação significativa em suas contas.

Passivo Não Circulante: Em 31 de março de 2021, o passivo não circulante totalizou R\$ 6.589,7 milhões, em comparação a R\$ 7.030,4 milhões em 31 de março de 2020, resultando em uma redução de 6,3%.

Essa variação decorreu, principalmente:

- (i) da redução de 20,1% na linha de empréstimos e financiamentos que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 3.376,5 milhões em comparação a R\$ 4.223,4 milhões em 31 de março de 2020, em virtude da melhora dos preços principalmente do açúcar no mercador internacional, que trouxe uma forte geração de caixa líquida para a Companhia no período, propiciando uma maior liquidação de sua dívida, impactando de forma positiva sua alavancagem.
- (ii) da redução de 6,7% na linha de obrigações com a Copersucar que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 167,2 milhões em comparação a R\$ 179,2 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência das liquidações com a cooperativa no período de 2021;
- (iii) da redução de 76,1% na linha de aquisição de participação societária que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 3,6 milhões em comparação a R\$ 15,3 milhões auferidos em 31 de março de 2020, decorrente da liquidação de uma parcela do saldo a pagar para a LOP (Luís Ometto Participações S.A.) referente à aquisição da Usina Santa Cruz;
- (iv) da redução de 56,4% na linha de outros passivos que totalizou, em 31 de março de 2021 R\$ 5,7 milhões em comparação a R\$ 12,8 milhões em 31 de março de 2020, em decorrência de liquidações e/ou transferências de títulos a pagar de longo prazo no período.

A Companhia ressalta, ainda, que as linhas:

- (i) arrendamentos a pagar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 399,1 milhões em comparação a R\$ 377,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 5,6%. Referida variação decorreu em função do aumento do preço do

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Consecana;
- (ii) parceria agrícola a pagar totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.161,9 milhões em comparação a R\$ 1,053,9 milhões em 31 de março de 2020, representando, portanto, um aumento de 10,2%. Referida variação decorreu também em função do aumento do preço do Consecana;
 - (iii) imposto de renda e contribuição social diferidos totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 834,8 milhões em comparação a R\$ 746,2 milhões, representando, portanto, um aumento de 11,9%. Referida variação decorreu, principalmente, em função do reconhecimento do IR/CS diferidos das operações de dívida em moeda estrangeira designadas para hedge accounting; e
 - (iv) tributos com exigibilidade totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 458,5 milhões em comparação a R\$ 242,2 milhões, representando, portanto, um aumento de 89,3%. Referida variação decorreu da medida judicial para discussão do IRPJ/CSLL/PIS/COFINS com depósito judicial para suspender a exigibilidade desses tributos do processo do IAA, sendo este valor provisionado no passivo, rubrica "Tributos com exigibilidade suspensa".

Com relação às linhas arrendamentos a pagar, instrumentos financeiros derivativos, tributos a recolher e provisão para contingências, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

Patrimônio Líquido: Em 31 de março de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.986,6 milhões, em comparação com R\$ 3.346,7 milhões em 31 de março de 2020.

Este aumento de 19,1% decorreu, principalmente:

- (i) do aumento de 22,1% da linha do capital social que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 2.071,9 milhões em comparação a R\$ 1.696,7 milhões auferidos em 31 de março de 2020, em decorrência da integralização de capital de reservas de incentivos fiscais e orçamento de capital conforme aprovado na AGOE realizada em 30 de julho de 2020; e
- (ii) do aumento de 29,1% da linha reserva de lucros que totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 1.503,7 milhões em comparação a R\$1.164,9 milhões auferidos em 31 de março de 2020, em decorrência, principalmente, da constituição de reservas de orçamento de capital no período.

A Companhia ressalta, ainda, que a linha ajustes de avaliação patrimonial totalizou, em 31 de março de 2021, R\$ 551,0 milhões, em comparação a R\$ 607,0 mil, em 31 de março de 2020, representando, portanto, uma redução de 9,2%. Referida variação ocorreu principalmente dadas as movimentações de resultados com derivativos.

Com relação a linha de ações em tesouraria constante do patrimônio líquido, a Companhia entende que estas não apresentaram uma variação significativa em suas contas.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultado das Operações

- a) resultados das operações do emissor, em especial (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A composição de nossa receita líquida é como se segue:

COMPOSIÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA	12M22	12M21	12M20	12M22 x 12M21	12M21 x 12M20
Milhares de Reais					
Mercado Doméstico	3.165.822	2.145.422	2.228.211	47,6%	-3,7%
Açúcar	177.585	154.352	134.393	15,1%	14,9%
Etanol	2.565.379	1.639.412	1.781.389	56,5%	-8,0%
Energia Elétrica	229.954	200.276	218.444	14,8%	-8,3%
Levedura	41.810	43.442	23.791	-3,8%	82,6%
Negócios Imobiliários	52.152	21.572	20.107	141,8%	7,3%
CBIOs	37.049	27.179	-	36,3%	n.m.
Outros	61.893	59.189	50.087	4,6%	18,2%
Mercado Externo	2.598.848	2.176.752	1.473.336	19,4%	47,7%
Açúcar	2.169.137	1.783.993	1.107.684	21,6%	61,1%
Etanol	425.156	392.759	365.652	8,2%	7,4%
Levedura	4.555	-	-	-	n.m.
Receita Líquida Total*	5.764.670	4.322.174	3.701.547	33,4%	16,8%
Açúcar	2.346.722	1.938.345	1.242.077	21,1%	56,1%
Etanol	2.990.535	2.032.171	2.147.041	47,2%	-5,4%
Energia Elétrica	229.954	200.276	218.444	14,8%	-8,3%
Levedura	46.365	43.442	23.791	6,7%	82,6%
Negócios Imobiliários	52.152	21.572	20.107	141,8%	7,3%
CBIOs	37.049	27.179	-	36,3%	n.m.
Outros	61.893	59.189	50.087	4,6%	18,2%

*Exclui efeito de Hedge Accounting de dívida em moeda estrangeira e PPA USC e inclui a Receita Financeira de Negócios Imobiliários

Considerando a composição de nossa receita líquida, informamos que há uma preponderância da contribuição da comercialização do açúcar e etanol pela Companhia, os quais atendem à demanda do mercado nacional (principalmente o etanol) e mercado internacional (principalmente o açúcar). Adicionalmente, conforme demonstrado na tabela acima, com relação aos últimos três exercícios sociais, nossos negócios relacionados aos CBIOs (créditos de descarbonização) referentes ao Renovabio (Política Nacional de Biocombustíveis instituída pela Lei 13.576/2017, que tem como principal objetivo ampliar a participação dos biocombustíveis na matriz de combustíveis no país), e atrelados às vendas de etanol, vêm aumentando sua contribuição nos resultados da Companhia. Destacamos, ainda, que ao longo dos últimos anos houve aumento da comercialização de levedura, considerando o aumento no volume de produção do produto, que também, pode ser favorecido não somente por seu preço, mas pela volatilidade cambial.

Dessa maneira, entendemos que conforme indicado no item (ii) abaixo, a receita da Companhia é impactada pelos seguintes fatores: (i) cenário da oferta de açúcar no mercado mundial, (ii) preço internacional do petróleo, e por consequência, preço da gasolina no Brasil, (iii) demanda por combustíveis; (iv) flutuações da moeda; (v) sazonalidade; e (vi) inflação.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que os resultados operacionais foram influenciados e continuarão a ser influenciados pelos seguintes fatores-chave:

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Relação da Oferta e Demanda no Mercado de Açúcar, e de Etanol

Os dois principais derivados de cana-de-açúcar produzidos pela Companhia – etanol e açúcar – são afetados pela relação de oferta e demanda nos mercados dependentes desses produtos e pelos preços de mercado. Para o mercado de açúcar, podemos ser influenciados pela oferta de açúcar bruto por outros países produtores e exportadores, como exemplo, Índia e Tailândia (ainda que o Brasil seja o maior exportador do produto). A precificação portanto, realizada com base nos preços internacionais e denominados em dólar estadunidense, poderá afetar a performance operacional da Companhia. Para isso, a empresa se utiliza comumente, por exemplo, da estratégia de hedge futuro dos preços de açúcar, no intuito de potencializar e proteger seus resultados. Importante mencionar que, para a Companhia, é fundamental a análise da dinâmica e fundamentos do mercado, considerando o resultado do preço do produto denominado em dólar combinado com o câmbio em reais, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Para o mercado de etanol, no qual o Brasil é um dos principais produtores mundiais, grande parte da oferta se concentra no mercado local considerando a demanda pelo produto, principalmente, pelo ciclo Otto, com carros movidos a etanol e gasolina. Os preços de etanol sofrem influência do preço da gasolina no mercado local, (e que está relacionada ao preço internacional do petróleo somado ao câmbio), dado a paridade em relação ao preço da gasolina no mercado local, podendo, portanto sofrer variações, além da influência de políticas governamentais.

O preço do etanol que a Companhia vende no Brasil é fixado de acordo com os preços de mercado, utilizando como referência os índices publicados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ e pela B3. Com relação à parcela do etanol que a Companhia exporta, seus preços são estabelecidos com base nos preços do mercado internacional.

Preço Internacional do Petróleo e Preço da Gasolina no Brasil

Conforme já citado acima, o preço internacional do petróleo pode afetar os resultados da Companhia, uma vez que este consiste na base para a formação de preço da gasolina no mercado brasileiro, somado à volatilidade cambial, que por consequência, afeta a relação de paridade do preço do etanol em relação à gasolina.

Demanda por Combustíveis

A demanda por etanol e gasolina é suscetível à volatilidade relacionada ao nível de atividade econômica no Brasil, e à percepção de preços nos postos de combustível. A Administração entende que uma diminuição na atividade econômica poderia afetar negativamente a demanda por combustíveis.

Flutuações da moeda

Conforme citamos anteriormente, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada em dólares estadunidenses, além de etanol também exportado para regiões diversas. Portanto, uma depreciação do real em relação à outras moedas, como o dólar estadunidense, teria o efeito de aumentar a receita das vendas da Companhia. Uma valorização do real em relação à essas moedas teria o efeito oposto. No entanto, é importante salientar que, mesmo com as tendências com base na flutuação de moedas, acima descritas, para a Companhia, é fundamental a análise considerando o resultado do preço do produto combinado com o câmbio, que muitas vezes, pode mitigar possíveis variações nos preços finais.

Uma proporção da dívida da Companhia está atrelada à cotação dos dólares estadunidenses. Logo, uma depreciação do real em relação ao dólar estadunidense aumentaria a carga da dívida e despesas financeiras relacionadas da Companhia. Entretanto, a Companhia pode contar com operações de swap de dívidas, além de contas a receber e outros ativos financeiros baseados em dólares estadunidenses, que poderiam mitigar o impacto que uma depreciação do real teria sobre a posição financeira da Companhia. Uma valorização do real em relação ao dólar estadunidense tenderia a ter o efeito oposto.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Sazonalidade

A Companhia está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de cultivo da cana-de-açúcar no Brasil. O período anual de colheita da cana-de-açúcar no Brasil tem início em abril/maio e termina em meados de novembro/dezembro, dependendo da produtividade dos canaviais e condições climáticas no período. Esse cenário poderia criar variações no estoque de produtos acabados, como açúcar e etanol, que são os principais componentes da receita da Companhia. Adicionalmente, temos uma ampla capacidade de estocagem, tanto para o açúcar, como para o etanol ao longo da safra, que suportam à Companhia a comercializar seus produtos, conforme definido pela estratégia de comercialização no período, com o objetivo de potencializar seus resultados de acordo com o cenário vigente no período. Entendemos que os demais segmentos comerciais da Companhia são pouco afetados ou não estão sujeitos a tendências sazonais significativas.

Inflação

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais. Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos, despesas administrativas gerais e de venda, insumos, dentre outros. Ao mesmo tempo, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em linha com os comentários realizados no item 10.2 (a) acima, os Diretores da Companhia entendem que as variações na receita operacional líquida no período findo em 31 de março de 2022 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2021, e 2020 são explicadas, principalmente, (i) por variações do preço internacional do açúcar em dólar estadunidense, (ii) por variações do preço da gasolina, afetada pelo preço internacional do petróleo, (iii) pela volatilidade cambial, que afeta os preços em dólares estadunidenses convertidos em real, (iv) por variações da oferta global de açúcar, (v) por variações da oferta de etanol, notadamente, no país, (vi) pela variação do volume de vendas dos produtos, principalmente, açúcar e etanol, refletindo decisão da Companhia na definição do mix de produção entre os produtos. Adicionalmente, a Companhia ressalta que, (i) houve o aumento no volume de comercialização de CBIOS (créditos de descarbonização) ao longo dos últimos anos, quando iniciou-se oficialmente, a negociação desse ativo, pela B3, além (ii) do aumento no volume de levedura ao longo dos últimos anos, refletindo, o aumento da produção do produto.

Para maiores informações acerca das variações da receita nos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022, 2021 e 2020, vide item 10.1h. deste.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Conforme disposto ao longo dos itens 10.1 e 10.2, uma proporção significativa das vendas de açúcar da Companhia é realizada para o mercado externo, assim como parte de nossas vendas de etanol, sendo portanto, negociadas em outras moedas. A estratégia de proteção cambial da Companhia visa mitigar as flutuações de curto e médio prazo, aumentando a previsibilidade de resultado de curto e médio prazo. No entanto, os efeitos do câmbio impactam a formação de preço de commodities negociadas pela Companhia.

A inflação afeta o desempenho financeiro da Companhia ao aumentar algumas das despesas operacionais baseadas em reais (e não ligadas a moeda estrangeira). Essas despesas operacionais incluem custos trabalhistas, arrendamentos e despesas administrativas gerais e de venda. No entanto, conforme citado no item 10.2 (a) acima, parte das receitas da Companhia, também são reajustadas por índices inflacionários, como IPCA, e IGPM, como exemplo, em contratos de energia elétrica, nos quais a Companhia faz parte.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

As principais taxas indexadoras aplicáveis aos nossos negócios nos exercícios sociais encerrados em 31 de março de 2022, 2021 e 2020 são o CDI e IGP-M, além do IPCA.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**Cisão parcial da São Martinho Terra Agrícolas S.A.**

Em 8 de novembro de 2021, a Companhia e suas controladas São Martinho Terras Agrícola ("SMTA") e São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI") realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação a São Martinho S.A., ajustou o montante de R\$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Os diretores devem comentar:****a) Mudanças significativas nas práticas contábeis****IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos****Aspectos gerais**

A IFRS 16 (CPC 06 (R2)) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estavam disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos entre financeiros ou operacionais.

A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento e parceria rural para a maioria dos contratos.

A São Martinho S.A. possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras na região de atuação de suas usinas, que foram caracterizados dentro do escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que entrou em vigor para exercícios findos a partir de 1º de janeiro de 2019. A administração decidiu adotar a abordagem simplificada de efeito cumulativo, que permite que informações comparativas de períodos anteriores não sejam reapresentadas.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**IFRS 16 (CPC 06 (R2)) – Arrendamentos**

A São Martinho S.A. optou por utilizar a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, não impacta o patrimônio líquido e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para o ano anterior não foi reapresentada.

A adoção inicial dessa nova norma resultou no reconhecimento contábil de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento no montante de R\$ 1.587.561 mil no balanço patrimonial em 1º de abril de 2019.

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Não há ressalvas e ênfases presentes no relatório do emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e julgamentos que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contemplados a seguir.

Perda (impairment)

Anualmente, a São Martinho testa eventuais perdas (impairment) nos ágios. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Valor justo dos ativos biológicos

Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados, detalhados nas notas explicativas.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A São Martinho reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo for determinado.

Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A São Martinho utiliza seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente. A administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

Provisão para contingências

A São Martinho é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, ambientais e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo de Goiás. Em 7 de agosto e 15 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar nº 160/2017 e Convênio ICMS nº 190/2017, respectivamente, regulamentando benefícios fiscais concedidos sem observar os requisitos da alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal.

O Estado de Goiás publicou a relação de todos os atos normativos relativos a benefícios fiscais instituídos por meio do Decreto nº 9.193/2018 e posteriores alterações e Decreto nº 9.358/2018. Além disso, efetuou o registro e o depósito na Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, conforme previsão da cláusula quarta do Convênio ICMS nº 190/2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Administração da Companhia acompanha, juntamente com seus assessores legais, a evolução do tema, através da Secretaria da Fazenda de Goiás.

Taxa incremental dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar

A Companhia possui contratos de parceria agrícola e arrendamento de terras na região de atuação de suas usinas que foram caracterizados dentro do escopo do IFRS-16/CPC 06 (02), os quais são mensurados ao valor presente com base em fluxos de caixa descontados por meio de taxa incremental de empréstimo. Essa taxa média ponderada de empréstimo envolve estimativa, uma vez que consiste na taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para levantar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes e em função do risco de crédito da arrendatária, do prazo do contrato e das garantidas oferecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações financeiras dados 3 últimos exercícios sociais encerrados e das últimas informações contábeis divulgadas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) investimentos

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(Manutenção)	12M22	12M21	Var%.
Em Milhares de R\$			
Plantio de Cana - Reforma	469.308	358.822	30,8%
Manutenção Entressafra (Industriais/Agrícolas)	409.983	342.215	19,8%
Tratos Culturais	731.317	559.969	30,6%
Total	1.610.608	1.261.006	27,7%
(Melhoria Operacional)			
Equipamentos/Reposições	150.699	98.130	53,6%
Ambiental/Legal (ESG)	33.870	21.920	54,5%
Total	184.569	120.050	53,7%
(Modernização/Expansão)			
R\$ milhares			
Etanol de milho	325.995	24.799	1214,5%
UTE (A-6/2019)	170.265	3.407	4897,6%
Demais Projetos	149.535	98.960	51,1%
Total	645.795	127.167	407,8%
TOTAL GERAL	2.440.971	1.508.223	61,8%

O capex de manutenção da Companhia somou R\$ 1.610,6 milhões na safra 21/22, representando aumento de 27,7% em relação à safra 20/21. O aumento do capex no período decorre, principalmente (i) do maior período de manutenção de entressafra e (ii) do aumento de preço de parte dos insumos, notavelmente, diesel (no 4T22) e fertilizantes (4T22 e 12M22).

O capex de melhoria operacional totalizou R\$ 184,6 milhões, aumento de 53,7% refletindo, principalmente, os investimentos em (i) equipamentos agrícolas e industriais incluindo reposições de frota, e (ii) adequações no âmbito ambiental/legal.

O capex de expansão resultou em R\$ 645,8 milhões na safra 21/22, associados aos investimentos destinados (i) ao projeto de etanol de milho, (ii) UTE (A-6/2019), e (iii) demais projetos menores com TIR superior a 20%.

Guidance de Capex – Safra 2022/2023

R\$ MM	Guidance 22/23	21/22	Var. (%)
Capex de Manutenção	1.793	1.611	11,3%
Melhoria Operacional	234	185	26,7%
Modernização/Expansão	570	646	-11,7%
Capex Total	2.597	2.441	6,4%

Quanto à nossa expectativa de guidance de capex para a safra 22/23, estimamos um aumento de aproximadamente 11,3% no capex de manutenção, somando cerca de R\$ 1,8 bilhão, refletindo principalmente, os efeitos de variação de preços em insumos utilizados em nossas operações de plantio (renovação) e tratos culturais, assim como diesel no período.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Quanto ao capex relacionado à melhoria operacional, estimamos um total de R\$ 234 milhões, cerca de 26,7% superior ao mesmo período da safra passada, refletindo principalmente (i) investimentos relacionados ao fechamento de circuito de água da Usina São Martinho - que visa a redução da captação do uso de água no processo industrial - com parte da água residual sendo reutilizada para irrigação, favorecendo a fertilidade e desenvolvimento de parte dos canaviais, (ii) reposições de equipamentos agrícolas e industriais, além de (iii) outros projetos de montantes menores com TIR entre 20%-25%.

Em relação ao guidance de modernização/expansão para a 22/23, estimamos um montante de aproximadamente R\$ 570 milhões, destinados principalmente para (i) a planta de etanol de milho, em Goiás (~R\$ 400 milhões) e (ii) a UTE relacionada ao leilão A-6, em 2019 (~R\$ 150 milhões).

Dessa forma, o capex total investido pela Companhia está estimado em aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, representando um aumento de 6,4% no período.

Guidance de Capex – Safra 2023/2024

	Guidance 12M24	Realizado 12M23	Var. (%)
Capex de Manutenção	2.000,0	1.864,8	7,3%
Melhoria Operacional	157,0	127,9	22,8%
Modernização/Expansão	314,5	525,8	-40,2%
Capex Total	2.471,5	2.518,4	-1,9%

Em relação ao capex de manutenção, estima-se um aumento de 7,3% (vs. 12M23) totalizando, R\$ 2,0 bilhões, decorrente principalmente da postergação de operações de plantio ocasionada pelas chuvas no quarto trimestre de 22/23.

Quanto ao capex dedicado à melhoria operacional, estima-se um total de R\$ 157 milhões, representando um aumento de 22,8% em relação aos 12M23, composto, principalmente, por investimentos visando maior segurança operacional e reposições de equipamentos agrícolas e industriais.

Os investimentos em modernização/expansão estimados para Safra 23/24 representam uma redução de 40,2% (vs. 12M23), somando R\$ 314,5 milhões, decorrente da evolução do cronograma de investimentos para finalização das plantas de etanol de milho (~R\$ 30 milhões) e UTE fase II (~R\$ 70 milhões), e a execução de outros projetos menores.

O capex total para safra 23/24 está estimado em, aproximadamente, R\$ 2,5 bilhões, representando uma redução de 1,9% em relação aos 12M23.

Vale destacar que no Guidance de Capex para a Safra 22/23, publicado em nov/22, foi estimado um total de R\$ 2,9 bilhões, enquanto o realizado para o período somou R\$ 2,5 bilhões. A diferença de aproximadamente R\$ 400 milhões representa o montante postergado (para safra 23/24) decorrente, principalmente, do i) impacto de chuvas no plantio durante o período de entressafra e ii) cronograma da obra e desembolso relacionado aos projetos em fase de finalização.

Importante mencionar que as considerações futuras não são garantias de desempenho, envolvem riscos, incertezas e premissas e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. O público deve compreender que condições da indústria e outros fatores operacionais e climáticos podem afetar os resultados futuros da empresa e podem conduzir a resultados que diferem, materialmente, daqueles expressos em tais considerações futuras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**ii) fontes de financiamento dos investimentos**

Os financiamentos são adquiridos através do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, bancos comerciais, emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), além de outras fontes do mercado de capitais.

iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Vide item 10.3 letra b.

c) novos produtos e serviços, indicando:**i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável para as demonstrações financeiras atuais.

ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de produtos ou serviços

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.